

-----**ACTA 5/2010**-----

-----**Da Reunião Ordinária de 1 de Março de 2010**-----

-----Ao primeiro dia do mês de Março do ano de dois mil e dez nesta cidade de Almeirim, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Administrativa, Maria João André Escrevente, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste concelho, os Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes e Vereadores, Francisco Manuel Maurício do Rosário, José Carlos da Silva, Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira, Maria de Fátima Rodrigues Pina Cardoso e José Manuel Aranha Figueiredo.--

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----A reunião teve a presença de público e da imprensa.-----

-----O Senhor Presidente perguntou se alguém do público queria intervir. O convite foi recusado.-----

-----Perguntou se algum dos Autarcas queria intervir. Usou da palavra do Senhor Vereador Aranha Figueiredo que disse: "Hoje participamos num acto público promovido pelas Águas do Ribatejo, para nos anunciar que vai fazer obras necessárias para o funcionamento da ETAR. A CDU está de acordo com a realização desta obras. É com satisfação que vimos que as Águas do Ribatejo estão a dar cumprimento ao que se comprometeram executar. Assim, as água residuais vão para a Vala, devidamente tratadas. Não deixo de referir que o Senhor Presidente fez referencia à minha pessoa no decorrer na intervenção que proferiu. As minhas intervenções têm como principal objectivo defender as Águas do Ribatejo, no que se refere à qualidade e preço. Tenho vindo desde sempre a defender que as Águas do Ribatejo sejam cem por cento públicas. O Senhor Presidente e o Senhor Vice Presidente também têm defendido que a Empresa seja de capitais cem por

cento públicos. Só assim é possível satisfazer os Municipais em quantidade e qualidade. No início da implementação da Empresa a imagem que ficou foi muito negativa. A necessidade das actualizações das tarifas em dez por cento, acho que não haveria necessidade. Dei uma volta pelo Concelho e verifiquei que nem em Benfica do Ribatejo nem em Fazendas de Almeirim a rede de águas pluviais se portou da melhor forma. Não deixa de ser grave que nos pluviais do nosso Concelho, há linhas de água cortadas e entubadas, que não respondem às necessidades do sistema. Espero que haja da parte do Executivo boas explicações."-----

-----O Senhor Presidente referiu que em relação às Águas do Ribatejo concorda com as falhas que houve no início na facturação. Em relação aos esgotos de Fazendas de Almeirim e Benfica do Ribatejo, é extremamente difícil fazer novos, devido à sua dimensão. Acrescentou: "Num período anormal também é provável que tenham existido ligações clandestinas dos esgotos domésticos aos pluviais, mas estas ligações têm anos e sabemos que há falhas nesse campo que se vão sanar com a remodelação das redes."-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Senhor Vice Presidente informou o Executivo dos despachos de deferimento de Arquitectura que fez, ao abrigo da delegação de competências: António Marcelino Fernandes, cento e seis; João Moreira de Almeida, cento e trinta, ambos de dois mil e nove; Maria Manuela Andrade Matos Marinheiros, dois de dois mil e dez.-----

-----**OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS**-----

-----AUTORIZAÇÃO DE DESPESA, ABERTURA DE CONCURSO, PROGRAMA DE PROCEDIMENTOS E CADERNO DE ENCARGOS PARA O CONCURSO DE "REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO CÍVICO DE ALMEIRIM - PARQUE DESPORTIVO MUNICIPAL" - O Senhor Presidente apresentou a proposta que a

seguir se transcreve: "Conjugando o número um do artigo trinta e seis, o artigo trinta e oito, o número dois do artigo quarenta todos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto Lei número dezoito de dois mil e oito de vinte e nove de Janeiro, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei número duzentos e setenta e oito de dois mil e nove, de dois de Outubro, com a alínea b) do número um do artigo dezoito do Decreto-Lei número cento e noventa e sete de noventa e nove, de oito de Junho, e ainda a alínea q) do número um do artigo sessenta e quatro da Lei cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro com a redacção introduzida pela republicação com a Lei cinco-A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, proponho:-----

-----Que seja autorizada a despesa, bem como aprovada a decisão de contratar através do lançamento de Concurso Público, e ainda aprovar o Projecto, Programa de Procedimento e Caderno de Encargos para execução da obra `Requalificação do Centro Cívico de Almeirim - Parque Desportivo Municipal.`-----

-----De referir que o processo esteve para consulta em poder da Secretária dos Senhores Vereadores.-----

-----Posta à votação a proposta acima transcrita, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----O assunto foi remetido ao Sr. Luís Leitão para os procedimentos seguintes.-----

-----NOMEAÇÃO DO JÚRI DE PROCEDIMENTO PARA O CONCURSO DE "REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO CÍVICO DE ALMEIRIM - PARQUE DESPORTIVO MUNICIPAL" - O Senhor Presidente apresentou a proposta que se reproduz: "Ao abrigo do artigo sessenta e sete do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito de dois mil e oito, de vinte e nove de Janeiro, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei número duzentos e setenta e oito de dois mil e nove, de dois de Outubro, proponho como membros do `Júri do Procedimento`, para o concurso da empreitada de: `Requalificação do Centro Cívico de Almeirim - Parque Desportivo Municipal`, os seguintes funcionários:-----

-----Efectivos:-----
-----Presidente - Engenheiro António Xavier Martins da Rocha
Pinto;-----
-----Vogal - -Dr. António Joaquim Veríssimo Pisco;-----
-----Vogal - José Joaquim da Cruz Luzia Rodrigues.-----
-----Suplentes:-----
---- Luís Alberto Ferreira Leitão.;-----
-----Manuel Caipira."-----
-----Posta à votação a proposta acima indicada, foi a mesma
aprovada por unanimidade.-----
-----O assunto foi remetido ao Sr. Luís Leitão para os
procedimentos seguintes.-----

-----DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO JÚRI PARA PRESTAÇÃO DE
ESCLARECIMENTOS DO CONCURSO DE "REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO CÍVICO
DE ALMEIRIM - PARQUE DESPORTIVO MUNICIPAL" - O Senhor Presidente
apresentou a proposta que a seguir se transcreve: "Conjugando o
número dois do artigo cinquenta com o número dois do artigo
sessenta e nove ambos do Código dos Contratos Públicos, aprovado
pelo Decreto-Lei número dezoito de dois mil e oito, de vinte e
nove de Janeiro, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei número
duzentos e setenta e oito de dois mil e nove, de dois de
Outubro, proponho que seja delegado do Júri dos Procedimentos, a
competência para prestar os necessários esclarecimentos aos
concorrentes na fase de concurso da empreitada de
'Requalificação do Centro Cívico de Almeirim - Parque Desportivo
Municipal'."-----
-----Posta à votação a proposta acima indicada, foi a mesma
aprovada por unanimidade.-----
-----O assunto foi remetido ao Sr. Luís Leitão para os
procedimentos seguintes.-----
-----O senhor Vereador Francisco Maurício disse: "Acho esta obra
necessária, contudo o projecto deveria ser conjunto com o da
pista de atletismo. Gostaria de deixar a seguinte pergunta: Já
há algum tempo que não é presente a este Executivo a capacidade
de endividamento. A última vez que nos foi presente rondava os

cinco milhões de euros. Recordo que os cinco milhões nos cabe um aumento de dezanove por cento. O endividamento reflecte-se na Autarquia. Parece-me que para autorizar em consciência, deveríamos estar informados da capacidade de endividamento. Qual é afinal exactamente a nossa capacidade de endividamento."-----

-----O Senhor Presidente respondeu que o projecto não vem em conjunto com o outro porque têm fontes de financiamento diferentes é por isso que tem que ter reflexos diferentes. Quanto à capacidade de endividamento é referido pelo Autarca orador que não tem que vir neste momento. E acrescentou: "A capacidade de endividamento não tem que vir agora porque não se pede, por enquanto, nenhum empréstimo, quando isso for, cá estará. O facto de termos capacidade para recorrer a um empréstimo é porque temos capacidade de endividamento."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício ditou a seguinte declaração de voto: "Voto favoravelmente as três propostas acima indicadas, no entanto espero que aquando da aprovação do empréstimo que lhe estará subjacente, espero vivamente que nos seja distribuído a capacidade de endividamento da Autarquia."-----

-----**DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----RECTIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÕES - O Senhor Presidente apresentou a proposta como segue: "Considerando que a reunião de Câmara de dezassete de Novembro de dois mil e oito, com confirmação na reunião de Câmara de cinco de Janeiro de dois mil e nove, nos termos da alínea f) do número um do artigo sessenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção da Lei número cinco-A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, foi deliberada a aquisição, através de leasing de prédio urbano pertencente à Santa Casa da Misericórdia de Almeirim, sito em frente ao Tribunal, no Largo Manuel Rodrigues Pisco, pelo valor de quinze mil euros e a celebração de um contrato-programa com vista à construção de uma creche no valor de cinquenta mil euros.-----

-----Por lapso, em nenhuma das respectivas deliberações foi

devidamente identificado o prédio em questão, com os respectivos números de ficha de descrição predial e artigo de inscrição matricial;-----

-----O lançamento do procedimento para a aquisição através de leasing e a posterior celebração desse contrato por parte do Município impõe esteja devidamente identificado o prédio e definidas as respectivas condições de aquisição;-----

-----Assim, nos termos das disposições conjugadas com a alínea f) do número um do artigo sessenta e quatro da Lei número cento e setenta e nove de noventa e nove de dezoito de Setembro, na redacção da Lei número cinco-A de dois mil e dois, de onze de Janeiro e artigo cento e quarenta e oito do Código do Procedimento Administrativo, apresento a seguinte proposta:-----

-----Que sejam rectificadas a deliberação camarária de dezassete de Novembro de dois mil e oito, posteriormente confirmada pela deliberação camarária de cinco de Janeiro de dois mil e nove que autorizam a aquisição por leasing pelo Município de um prédio urbano, sito no Largo Manuel Rodrigues Pisco, pertencente à Santa Casa da Misericórdia de Almeirim, pelo preço de cento e cinquenta mil euros, de modo a constar que o referido prédio se encontra descrito na Conservatória Registo Predial de Almeirim sob o número quatro mil duzentos e vinte e cinco da freguesia de Almeirim e inscrito matriz urbana sob o artigo novecentos e noventa e quatro da mesma freguesia."-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo referiu que as deliberações em apreciação foram tomadas no mandato anterior e foram contestadas pela sua Camarada Manuela Cunha, contudo o que está em causa não é a natureza do negócio e por isso não vê inconveniente em aprovar uma rectificação.-----

-----Posto à votação a proposta acima indicada, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----A funcionária que secretariou a reunião perguntou ao Senhor Presidente a quem entregava o assunto para seguir os procedimentos seguintes, ao que o Senhor Presidente lhe respondeu que era para entregar ao Dr. Victor Baptista.-----

-----ZAE - PERMUTAS- O Senhor Presidente apresentou o requerimento de António Caçador Neves, como segue: "António Caçador Neves, NIF 186018703, com domicílio na Rua do Pinhal, número duzentos e nove, 2080-110 Almeirim; Remepral - Rectificação Mecânica de Precisão de Almeirim, Ld^a, sociedade por quotas titular do NIPC 500674264, com sede na Rua do Matadouro Novo, em Almeirim e Gaspar & Caniço, Ld^a, sociedade por quotas titular do NIPC 500125619, com sede na Rua João de Deus, r/c, s/n, 2080 Fazendas de Almeirim, vêm solicitar a V. Ex^a a aprovação de um negócio de venda e permuta dos lotes da Zona de Actividades Económicas de Almeirim, e consequente mudança do modo de utilização a dar aos mesmos, nos termos seguintes:-----

-----Os requerentes são, respectivamente, os donos e legítimos proprietários dos seguintes lotes: a) - Lote sessenta e oito, inscrito na matriz sob o artigo sete mil duzentos e cinquenta e seis e descrito na Conservatória do Registo Predial de Almeirim sob o número cinco mil trezentos e quatro;-----

-----b) Lote sessenta e sete inscrito na matriz sob o artigo sete mil duzentos e cinquenta e cinco e descrito na Conservatória do Registo Predial de Almeirim sob o número cinco mil trezentos e três;-----

-----c) - Lote setenta e um, inscrito na matriz sob o artigo sete mil duzentos e cinquenta e nove e descrito na Conservatória do Registo Predial de Almeirim sob o número cinco mil trezentos e sete.-----

-----Nos lotes acima referidos, com os números sessenta e sete e setenta e um ainda não foi iniciada a construção.-----

-----O requerente António Caçador Neves, por razões de desenvolvimento da sua actividade, necessita de maior espaço de armazenagem, estando o seu actual lote a tornar-se insuficiente e o único lote disponível que confina com o seu é o lote sessenta e sete, em cujo aquisição está interessado.-----

-----A requente Remepral, Ld^a, proprietária do lote confinante (sessenta e sete), ainda não iniciou a construção, estando em fase de elaboração de projectos, e concorda em iniciar a

construção noutro lote, desde que não seja penalizado, aceitando permutar o seu lote com o lote setenta e um.-----

-----A Gaspar & Caniço, Ld^a, atenta a actual conjuntura e a solicitação do requerente António Caçador Neves, está na disposição de, mediante o reembolso do preço inicial, fazer entrega do lote setenta e um à Câmara Municipal de Almeirim a fim de que esta o possa vender ao requerente António Caçador Neves, para que este o permuta com o lote sessenta e sete.-----

-----Este conjugar de vontades permite dar início à elaboração de projecto para o lote sessenta e sete, a fim de que o mesmo possa ser utilizado como armazém de produtos e máquinas industriais e agrícolas e que o lote setenta e um venha a ser utilizado como oficina automóvel.-----

-----Os requerentes vêm assim, requerer a V. Ex^a autorização e aprovação para as suas pretensões, solicitando que as escrituras sejam realizadas na mesma data, a fim de se evitarem maiores demoras e mostrando-se disponíveis para a sua realização imediata."-----

-----Acompanha a petição, informação do Consultor Jurídico, Dr. Víctor Baptista que se transcreve: "Por António Caçador Neves, Remepral Ld^a, e Gaspar & Caniço, Ld^a, foi proposta uma operação de transferência e permuta de lotes na ZAE em que a Gaspar & Caniço, pelo preço de aquisição, devolveria ao Município o lote número setenta e um que, por seu turno o venderia a António Caçador Neves para este o poder permutar com o lote sessenta e sete, actualmente propriedade de Remepral.-----

-----Emitimos, oportunamente, parecer em que manifestamos o entendimento que manifestamos o entendimento que não haveria impedimento regulamentar à concretização dos negócios supra referidos, não existindo direito de preferência por parte do Município, dado estarmos perante uma permuta. Relativamente ao pagamento da compensação prevista no número cinco do artigo cinquenta e quatro do Regulamento da Zona de Actividades Económicas, RZAE, manifestamos o entendimento que a permuta está sujeita ao pagamento das compensações ali previstas, dado que a mesma se configura como duas vendas cruzadas e que a norma

regulamentar não prevê excepção para o caso em apreço, não distinguindo a permuta de qualquer outro negócio de venda.-----

-----Solicita-nos, agora, o Sr. Presidente uma reponderação do assunto, tendo em conta que o objectivo que presidiu ao estabelecimento da penalização que se traduz na sujeição ao pagamento da compensação aquando da venda de lotes era introduzir um factor de dissuasão da especulação imobiliária que não estaria presente na permuta que se pretende efectuar.-----

-----De facto, o RZAE contém diversas normas cujo objectivo é, precisamente, prevenir à especulação imobiliária que representaria, face à política de preços praticada pelo Município relativamente aos lotes, numa apropriação privada de mais-valias à custa do erário municipal. Daí a previsão do pagamento da compensação tendo em vista uma aproximação ao custo real do lote, com a consequente diminuição de mais-valia de que o particular se poderá apropriar. -----

-----São disse exemplo, manifestamente o número cinco do artigo cinquenta e quatro e artigo cinquenta e cinco da RZAE, mas também, ainda que por forma diversa, o regime sancionatório do número um do artigo quarenta e seis.-----

-----O contrato de permuta, troca ou escambo, previsto expressamente no Código Civil de mil oitocentos e sessenta e sete, é hoje um contrato atípico, inominado, já que não tem regulamentação específica da nossa lei, desde o Código Civil de mil novecentos e sessenta e seis, pelo que a sua regulação de referência há-se buscar-se, adaptadamente, no contrato de compra e venda, por força do disposto no artigo novecentos e trinta e nove do CC¹-----

-----Assim, a permuta configura, de facto, duas vendas cruzadas, sendo, por isso, de qualificar juridicamente como tal.-----

-----Porém, também nos parece ser de admitir que, no caso de permuta de lotes, ainda que, como vimos, a mesma se prefigure

¹ Sob a epígrafe “aplicabilidade das normas relativas à compra e venda” determina o artigo novecentos e trinta e nove do CC: “As normas da compra e venda são aplicáveis aos outros contratos onerosos pelos quais se alienam bens ou se estabeleçam encargos sobre eles, na medida em que sejam conformas com a sua natureza e não estejam em contradição com as disposições legais respectivas.”

juridicamente como duas vendas, não estamos, à partida, perante a situação que é o objectivo da norma. Com efeito, na permuta, a contrapartida da alienação não é monetária mas sim meramente económica, na medida em que se traduz na aquisição imediata de um bem de igual natureza² Ao permutarem, os contraentes alienam um lote, mas adquirem igualmente um lote, não havendo, portanto, deste escrito ponto de vista, a possibilidade de apropriação de qualquer mais-valia decorrente dessa permuta.-----

-----Dissemos na n/anterior informação que não existe norma que excepcione a permuta do pagamento da compensação, o que é rigorosamente factual, pois o artigo cinquenta e quatro do RZAE nada diz relativamente à permuta.-----

-----Não é este o local apropriado para discorrer sobre a teoria de interpretação e integração de lacunas da lei, que nos afastaria do que efectivamente está em causa no caso em apreço. Centrar-nos-emos, por isso, no que efectivamente importa, que é saber se o número cinco do artigo cinquenta e quatro da RZAE consente uma interpretação que vá ao encontro da dúvida manifestada pelo Sr. Presidente, ou seja, a exclusão da permuta do seu âmbito de aplicação.-----

-----O que importa verificar é se aquela não previsão de excepção da permuta verdadeiramente significa: significa que a permuta deve ser considerada, para todos os efeitos, como duas vendas e sujeita, sem mais, às regras desse tipo de negócio, ou, exige um esforço interpretativo por parte de quem aplica a norma visando a reconstituição do pensamento legislativo³, ou ainda e pelo contrário, significa simplesmente uma falta de previsão, ou seja uma lacuna legal, que deva ser integrada nos termos

² Não está excluída a possibilidade de o valor dos bens permutados não ser rigorosamente igual e que essa diferença seja paga em dinheiro. Todavia, esta circunstancia não descaracteriza a natureza do negócio. Atente-se no facto de, fiscalmente, apenas estar sujeita ao pagamento do IMT não a totalidade do negócio, mas apenas e precisamente a parte relativa ao valor que seja pago em numerário.

³ Recordemos que, no tocante à interpretação das normas legais, o que determina o artigo nono do CC: “1. A interpretação não deve cingir-se à letra da lei, mas reconstituir a partir dos textos o pensamento legislativo, tendo sobretudo em conta a unidade do sistema jurídico, as circunstancias em que a lei foi elaborada e as condições específicas do tempo em que é aplicada. 2. Não pode, porém, ser considerado pelo interprete o pensamento legislativo que não tenha na letra da lei um mínimo de correspondência verbal, ainda que imperfeitamente expresso. 3 Na fixação do sentido de alcance da lei, o interprete presumirá que o legislador consagrou as soluções mais acertadas e soube exprimir o seu pensamento em termos adequados.

legalmente previstos⁴.-----
-----Vejamos se, pela via da exegese do texto da lei, encontramos solução, para o que se invoca o disposto no já citado artigo nono do CC: fazendo apelo ao que foi a finalidade essencial da norma em apreço e as demais normas que, tendentes ao mesmo objectivo figuram no RZAE, parece-nos que se poderia, reconstituindo a partir dos textos o pensamento legislativo, tendo sobretudo em conta a unidade do sistema jurídico, as circunstancias em que a lei foi elaborada, sustentar que a permuta, por exactamente não envolver contrapartidas monetárias, o que exclui a possibilidade de percepção de mais valias estará excluída da previsão do numero cinco do artigo cinquenta e quatro. Parece ser efectivamente esse o sentido que resultará da lei: a permuta não está sujeita a compensações. O obstáculo à interpretação é o número dois do artigo nono quando diz que "não pode, porém, ser considerado pelo intérprete o pensamento legislativo que não tenha na letra da lei um mínimo de correspondência verbal, ainda que imperfeitamente expresso." Ora, a norma em causa não dá suporte literal mínimo a esta interpretação, tanto mais que se refere "a transmissão a terceiro".-----

-----Teremos, assim, que entender que o legislador municipal, pelo que é conhecido do seu pensamento, acabou por não prever o caso da permuta, o que implica o recurso à integração da lacuna, nos termos do artigo décimo do CC. Não existe analogia entre a permuta e a compra e venda, pelas razões que já deixamos expressas. Assim, resta-nos a hipótese do número três do artigo décimo do CC: "Na falta de caso análogo, a situação é resolvida segundo a norma que o próprio intérprete criaria, se houvesse de legislar dentro do espírito do sistema."-----

-----Ora, essa norma é - parece-nos que inequivocamente - a que estabeleceria a não aplicação do número cinco do artigo

⁴ Quanto à integração de lacunas, prevê o artigo décimo do CC: "1. Os casos que a lei não preveja são regulados segundo a norma aplicável aos casos análogos. 2. Há analogia sempre que no caso omissio procedam as razões justificativas da regulamentação do caso previsto na lei. 3. Na falta de caso análogo, a situação é resolvida segundo a norma que o próprio intérprete criaria, se houvesse de legislar dentro do espírito do sistema."

cinquenta e quatro do RZAE à permuta de lotes.-----
-----As razões já foram acima explicitadas: não existe, no caso, qualquer propósito de especulação imobiliária ou de apropriação indevida de mais-valias às custa do erário municipal que foram as razões que levaram à sujeição do pagamento das compensações nos casos de venda de lotes de ZAE.-----
-----Assim, após melhor ponderação, revemos a posição anteriormente assumida e concluimos que a permuta de lotes na ZAE não está sujeita ao pagamento de compensação ao Município.”-----
-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo referiu: “Estamos perante o exercício de um direito criativo, onde nos é apresentado um texto muito vasto. O Advogado arranja uma situação jurídica em que ele próprio faz a lei. Era evitável esta criatividade toda, se nós fizéssemos uma alteração ao Regulamento da Zona Industrial.”-----

-----Às quinze horas e trinta e cinco minutos entrou o Senhor Vice Presidente.-----

-----Posta à votação a proposta acima indicada, foi a mesma aprovada por seis votos a favor, cinco da bancada do PS e do Senhor Vereador Aranha Figueiredo e a abstenção do Senhor Vereador Francisco Maurício.-----
-----A funcionária que secretariou a reunião perguntou ao Senhor Presidente a quem entregava o assunto para seguir os procedimentos seguintes, ao que o Senhor Presidente lhe respondeu que era para entregar ao Dr. Victor Baptista.-----

-----ADOPTAR UM CANTEIRO - O Senhor Vice Presidente apresentou a seguinte proposta: “Tendo em conta os benefícios, sociais e ambientais da iniciativa ‘Adoptar um Canteiro’ proponho a aprovação deste projecto.”-----
-----Acompanha a proposta o contrato de adesão à iniciativa.-----
-----O Senhor Vice Presidente informou que esta iniciativa pretende criar algumas condições para que pequenos espaços ajardinados possam ser reparados por moradores na zona.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício perguntou o valor de cada kit, ao que o Senhor Vice Presidente respondeu ser de dezassete euros.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo referiu que esta é das iniciativas que deve ter o apoio de todos nós. Que pequenos canteiros transformam-se em lixeiras. Louva a iniciativa, e acrescentou: "Não me admiro que eu e as minhas vizinhas assumimos um canteiro. Acho simpático. Acho a proposta demasiado pobre para uma iniciativa tão louvável."-----

-----Posta à votação a proposta acima indicada, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----FESTIVAL INTERNACIONAL DE FOLCLORE APOIOS - O Senhor Presidente apresentou um mail de Ricardo Casebre, que apresenta à Autarquia o Orçamento para a realização do Festival Internacional de Folclore do Concelho de Almeirim, dois mil e dez, no valor de vinte e cinco mil setecentos e noventa e sete euros e cinquenta cêntimos. -----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo perguntou ao Senhor Presidente qual é a sua proposta para apoiar esta iniciativa.---

-----O Senhor Presidente disse que não tem proposta. O documento está para apreciação de todos, para que em conjunto encontrem um valor.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse: "Proponho em nome do Movimento que represento, setenta e cinco por cento de vinte e seis mil euros. Proponho o valor de vinte mil euros. Parece-me inteiramente justo. Formulo esta proposta."-----

-----O Senhor Vereador José Carlos disse que tem acompanhado este processo e sugeriram algumas dúvidas que lhe impossibilitaram de tomar uma posição. Pediu mais uns dias para tomar uma posição e disse que preferia que o assunto fosse retirado da Ordem de Trabalhos até ter mais informações.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo disse que o Vereador José Carlos avançou com a ideia de retirar a proposta, acrescentou: "Deveríamos ter todas as garantias de que o evento se vai realizar. Há um orçamento, não há uma proposta."-----

-----O Senhor Presidente referiu que há um mail que diz que já há apoio de várias entidades. Acrescentou: "O Senhor Vereador do Pelouro já assumiu a despesa do transporte dos Grupos."-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo referiu que o festival acontece em simultâneo com as comemorações do Vinte Cinco de Abril e que o mesmo poderia ser incorporado nas comemorações. Acrescentou: "A Câmara podia encarregar o Vereador José Carlos no sentido de trazer uma proposta concreta."-----

-----O Senhor Presidente propôs a retirada do assunto da Ordem de Trabalhos.-----

-----O Executivo concordou.-----

-----ACÇÃO SOCIAL - O Senhor Presidente apresentou as comunicações internas do Gabinete de Acção Social, que se encontram devidamente contextualizadas, mereceram as seguintes deliberações:-----

-----Cláudia Baptista, residente em Fazendas de Almeirim, solicita apoio para o pagamento de passe escolar.-----

-----A Câmara deliberou custear.-----

-----Maria de Fátima Carreira Abalada, residente em Almeirim, solicita apoio para construção de quarto.-----

-----Acompanha a informação, orçamento dos materiais para a construção da divisão, no valor de quinhentos e noventa e seis euros e vinte cêntimos.-----

-----A Câmara deliberou custear os materiais no valor indicado.-

-----Os assuntos acima referidos foram remetidos ao Gabinete de Acção Social para os procedimentos posteriores.-----

-----O Senhor Presidente apresentou a informação da Senhora Vereadora Maria Emília Moreira onde refere que o funcionário da Autarquia, João Fulgêncio Emídio, necessita de acompanhamento psicoterapêutico na Clínica D. Manuel I, num pacote de quatro consultas no valor total de cem euros -----

-----A Câmara deliberou por unanimidade custear as consultas.---

-----DIREITO DE SUPERFÍCIE - Foi presente o requerimento de Banco Santander Totta, SA, solicitando certidão comprovativa do eventual direito de preferência, que a Câmara entenda exercer na venda que vai fazer da fracção autónoma descrita na Conservatória sob o número 2517/Almeirim, a que corresponde a fracção F, e inscrito na respectiva matriz sob o artigo 5488, do prédio sito na Praceta Pública da Urbanização da Vinha do Santíssimo, bloco vinte sete em Almeirim, o qual, por motivo de urgência, o Senhor Presidente despachou negativamente, como é habitual nestes casos.-----

-----O Executivo deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho do Senhor Presidente.-----

-----João Fernando Pedrosa, solicitando certidão comprovativa do eventual direito de preferência, que a Autarquia pretenda exercer na venda que vai fazer da fracção autónoma inscrita na matriz sob o número 1989, a que corresponde o rés do chão direito do prédio sito na Rua das Milheiras, numero vinte e um, Almeirim.-----

-----A Câmara deliberou não usar o direito de preferência. -----

-----ZONA INDUSTRIAL DE ALMEIRIM - O Senhor Presidente apresentou o requerimento da Firma Tomás & Cristina - Sociedade Construção Civil, Lda, com sede na Rua Vinte Cinco de Abril, Cortiços, solicitando autorização para a passagem do lote número cento e um da Zona Industrial de Almeirim, para a firma Tócrimo, Imobiliária e Construção, SA, com sede na Avenida Casal Ribeiro número dezoito, sexto andar, Lisboa.-----

-----Acompanha o requerimento, informação do Drº Victor Batista que se reproduz: "Pretende-se que seja autorizada a venda/cedência do lote número cento e um, actualmente propriedade da empresa Tomás & Cristina Limitada para a empresa Tócrimo, SA, sem que haja lugar ao pagamento de qualquer compensação. -----

-----Para que seja possível este desiderato era necessário a coincidência entre os titulares do capital de ambas as empresas,

o que não acontecia dado que a Tomás & Cristina tenha apenas dois sócios, enquanto a Tócrimo tem cinco accionistas. -----

-----Com as cedências de quotas agora efectuadas passou a haver coincidência entre os titulares do capital de ambas as empresas.-----

-----Assim, é possível ser autorizada a cedência sem pagamento de qualquer compensação.”-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade autorizar a cedência, sem lugar ao pagamento das mais valias.-----

-----A funcionária que secretariou a reunião perguntou ao Senhor Presidente a quem entregava o assunto para seguir os procedimentos seguintes, ao que o Senhor Presidente lhe respondeu que era para entregar ao Dr. Vitor de Sousa.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades a Câmara deliberou conceder as seguintes transferências: Casa do Ribatejo, com sede na Rua do Salitre, cento e trinta e seis primeiro andar, em Lisboa, cento e vinte e cinco euros para apoio à realização do XVIII Salão de Artes Plásticas de Motivos Ribatejanos; Associação Recreativa e Cultural Ribatejana, com sede em Benfica do Ribatejo, seiscentos euros para apoio à aquisição de uma aparelhagem; Grupo Onomástico “Os Vitores”, em Santarém, cento e trinta euros para apoio ao 31º Aniversário do Grupo Onomástico; Patrícia Ambrósio Tomé, residente na Rua da Guiné, dez/doze, em Almeirim, cento e cinquenta euros para apoio à participação no Cortejo da Queima das Fitas Coimbra dois mil e dez; Associação Desportiva Fazendense, quatrocentos e cinquenta euros para apoio ao pagamento do Curso de Treinadores de Futebol; Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Paço dos Negros, seiscentos euros para apoio ao pagamento de Curso de Treinadores de Futsal (Nível II); Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Paço dos Negros, três mil cento e oitenta euros para apoio às inscrições das equipas nas diversas associações; Agrupamento de Escolas Febo Moniz, para apoio às despesas com a actuação do Teatro “Sherlock Holmes and de case of the disappering doctor”, a actuar no cine teatro de Almeirim

dia quatro de Março de dois mil e dez.-----
-----Foi presente a circular número setenta e nove de
"Forcadolé", Cultura, Arte, Desporto, Música, limitada, com a
proposta de aquisição da Obra composta por dois volumes
intitulada "Forcados: Os Últimos Românticos da Festa!", pelo
valor de cento e quarenta e oito euros por conjunto.-----
-----A Câmara deliberou adquirir um exemplar da obra pelo preço
acima referido.-----

-----PEDIDO DE APOIO DE PARAMÉDICOS DE CATÁSTROFE INTERNACIONAL
-----Foi presente a carta de "Paramédicos de Catástrofe
Internacional, em que solicitam apoio financeiro para ajuda na
compra de material para apoio aos Peregrinos de Fátima.-----
-----A Câmara deliberou informar que existe uma entidade que é
apoiada pela Câmara e à qual podem recorrer.-----

-----Para a votação que se segue, ausentou-se da sala o Senhor
Vice Presidente, Pedro Ribeiro, por se encontrar legalmente
impedido de votar a proposta, a qual se transcreve:-----

-----" Atendendo a que o Serviço Municipal de Protecção Civil
possui duas moto quatro, adquiridas há cerca de dez anos para
vigilância florestal.-----
-----Atendendo a que estes veículos se encontram estacionados no
Quartel dos Bombeiros Voluntários de Almeirim e são sobretudo
utilizadas por estes;-----
-----Proponho que seja transferida a propriedade das motos 21-
42-NT e 72-29-NT, para a Associação Humanitária dos Bombeiros
Voluntários de Almeirim."-----
-----Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada com seis
votos a favor.-----
-----Foi comunicado à Secção de Património, para transferência
dos veículos.-----
-----Retomou o lugar o Senhor Vice Presidente.-----

-----PAGAMENTO DE DESLOCAÇÕES - Foi presente o fax do Agrupamento de Escolas Febo Moniz, onde solicita que seja paga a importância de setenta e sete euros e vinte cêntimos, correspondentes a cento e noventa e três quilómetros referentes às deslocações da Senhora Professora Ana Lúcia Silva Serôdio Duarte Vítor Jogo, responsável pelo PET Vinte e Um, relativo ao mês de Janeiro de dois mil e dez.-----

-----O Senhor Vice Presidente propôs que a Autarquia efectue uma transferência global de quatrocentos euros. Esta verba será gerida pelo Agrupamento de forma a efectuar os pagamentos à Senhora Professora.-----

-----Deve, no entanto, o Agrupamento enviar mensalmente ofício com indicação do número de quilómetros e valor a pagar de forma que a nossa Contabilidade possa descontar esse valor no valor já transferido. No final do ano será feito o acerto final.-----

-----A Câmara deliberou aprovar a proposta do Senhor Vice Presidente.-----

-----ACTAS - Tendo sido previamente distribuída por todos os Autarcas, foi aprovada por unanimidade a acta de um de Fevereiro de dois mil e dez.-----

-----Foi distribuída por todo o Executivo a acta de quinze de Fevereiro do corrente ano para posterior consideração. A Senhora Vereadora Fátima Cardoso, referiu, que na acta agora distribuída, existe a deliberação relativa ao processo disciplinar instaurado a uma funcionária das escolas, que necessita de imediato, ter eficácia externa, e pediu ao Executivo se poderia ficar aprovada em minuta.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício pediu cinco minutos para a ler, e após a leitura, disse, que da sua parte, ficava aprovada. O restante Executivo referiu que também confirmava a deliberação.-----

-----O Sr. Presidente declarou que, relativamente à acta aprovada, aprova as deliberações formais no que concerne à eficácia dos actos e vota contra tudo o resto que está escrito e

não é essencial às deliberações, nos termos do nº. 1 do Artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, que leu:-----

-----"De cada reunião ou sessão é lavrada acta, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas votações e, bem assim, o facto de a acta ter sido lida e aprovada."-----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das senhas de presença.-----

-----Às dezasseis horas e cinquenta e cinco minutos foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Assistente Administrativa desta Autarquia, elaborei a presente acta, que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara

A Assistente Administrativa
